

INFORMATIVO

O TUIUTI



ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS) - ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

370 anos da Segunda Batalha dos Guararapes - 230 anos da Inconfidência Mineira 130 anos da Proclamação da República - 120 anos da Revolução Acreana **ANO 2019** Setembro N° 327

AS RAÍZES DA TEORIA DA CONSPIRAÇÃO MILITAR EM TORNO DA AMAZÔNIA

As origens do fascínio e do temor da classe pela soberania na floresta

Ana Clara Costa



Assim como no século passado, os militares brasileiros continuam a desconfiar das ONGs que atuam na Amazônia. Para eles, as exigências ambientalistas dos países desenvolvidos são subterfúgios para minar a competitividade dos produtos brasileiros. Foto: Evaristo Sá / AFP "No Brasil (...), muitos oficiais experientes das Forças Armadas continuam incomodados sobre

as questões ecológicas porque eles tendem a associar a defesa do meio ambiente a partidos políticos de esquerda. Ativistas do meio ambiente são ocasionalmente tratados por militares como

'melancias', verdes por fora e vermelhos por dentro. Muitos comandantes experientes também se queixam com frequência do que eles enxergam como uma tentativa de governos estrangeiros e ONGs controlarem a exploração dos recursos naturais e ditar políticas públicas por meio de tratados ambientais internacionais ou diplomacia." O trecho acima poderia ter sido retirado de um discurso elaborado por um assessor do presidente Jair Bolsonaro em 2019. Mas se trata da transcrição de um relatório de Inteligência da CIA, o órgão de investigação do governo dos Estados Unidos, sobre a relação dos militares na América Latina com o meio ambiente, redigido há mais de 20 anos, em setembro de 1997, e cujo sigilo foi levantado em 2011.

De lá para cá, pouca coisa mudou no que pensam os oficiais sobre a política global de defesa do meio ambiente. As ofensas públicas do presidente Bolsonaro a Emmanuel Macron e a resposta dos militares à declaração do presidente francês de que a Amazônia é "nossa casa" e seus problemas "dizem respeito" a todos expõem duas ideias há muito propagadas dentro das Forças Armadas: 1) a Amazônia é um território que atrai a cobiça mundial; 2) as exigências ambientais hoje impostas pelos países desenvolvidos são subterfúgios para minar a competitividade dos produtos brasileiros. Outra ideia recorrente é que a concessão de terras às diferentes etnias indígenas que habitam o bioma pode resultar em uma quebra de soberania, caso esses povos resolvam se tornar nações independentes.

O general Eduardo Villas Bôas, ex-comandante-geral do Exército e assessor especial do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), rebateu de forma dura o que interpretou como um impropério: "Com uma clareza dificilmente vista, estamos assistindo a mais um país europeu, desta vez a França, por intermédio de seu presidente, Macron, realizar ataques diretos à soberania brasileira". O general Augusto Heleno, ministro do GSI, reforçou as críticas: "Querem frear nosso inevitável crescimento econômico. Filósofos de barzinho, e até chefes de Estado, que jamais estiveram na Amazônia, propagam suas teses insustentáveis".

O general Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, criou uma conta no Twitter para expor sua opinião: "O presidente francês é absolutamente desqualificado para fazer a observação imprópria que fez. A reação brasileira precisa ser contundente em todas as áreas possíveis". Já o vice-presidente, Hamilton Mourão, referiu-se ao "ecorradicalismo" como "a velha ambição disfarçada por filantropia de fachada", numa insinuação de que investimentos de países na Amazônia teriam como função maquiar um interesse de quebra da soberania. O atual comandantegeral do Exército, Edson Leal Pujol, que não costuma dar declarações públicas, avisou: "Aos incautos que insistem em tutelar os desígnios da brasileira Amazônia, não se enganem".



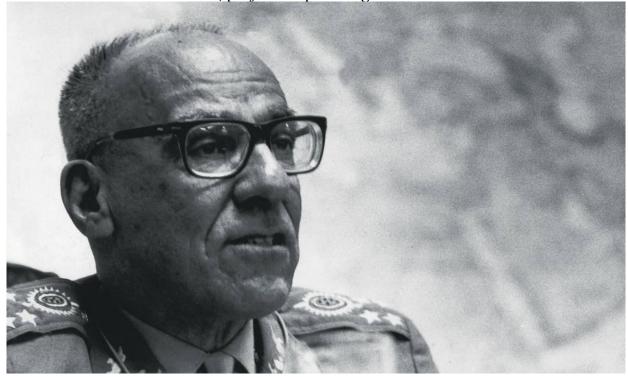
As expedições comandadas pelo marechal Rondon tiveram papel decisivo na integração da região amazônica ao restante do país. Na foto, o oficial engenheiro Luiz Thomaz Reis mostra uma câmera cinematográfica para indígenas tuiucas e tucanos no Alto Rio Negro, na fronteira com a Colômbia.

Há diferentes explicações para a origem do pensamento militar, com certo viés conspi-ratório, de que há uma ameaça à soberania brasileira na Amazônia em razão de investidas retóricas de outros países. O primeiro é o aspecto histórico. Desde o Descobrimento, a região amazônica atraiu a atenção de colonizadores das mais diversas potências do século XVI, com corsários holandeses, franceses e ingleses tentando estabelecer ali zonas de influência. A assinatura do Tratado de Madri, em 1750, que determinou os limites das terras portuguesas e espanholas no oeste amazônico, ajudou a controlar o ímpeto de colonização de outras nações europeias até o barão do Rio Branco concluir, mais de um século depois, a costura fronteiriça da Região Norte com franceses e ingleses. O interesse internacional, contudo, sempre se manteve vivo. Ao longo do século XIX, no auge da Doutrina Monroe ("A América para os americanos"), os Estados Unidos pleitearam junto a Dom Pedro II a navegabilidade internacional dos rios amazônicos, o que diplomaticamente foi descartado pelo monarca.

No curso da história, após o Tratado de Madri, o governo brasileiro lidou com os questionamentos sobre a Amazônia e as ameaças à soberania por meio da via diplomática e aplicando o princípio da dissuasão, conforme mostra o livro do embaixador Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão. Na teoria militar, dissuadir consiste em intimidar possíveis adversários com a criação de sistemas de defesa e inteligência que imponham alto custo a uma ofensiva. Quando o embaixador dos Estados Unidos comparecia a audiências com Dom Pedro II e afirmava desejar tratar da navegação internacional pelo Rio Amazonas, o monarca respondia: "Esse assunto não consta de nossa pauta". Isso era entendido como sinal de dissuasão.

A inclemência da vida na selva também funcionou historicamente como repelente do interesse externo, sobretudo após a construção, pelos ingleses e americanos, da Ferrovia Madeira-Mamoré, no final do século XIX, que ligava o Amazonas a Rondônia. Consta dos registros da época que mais de 30 mil trabalhadores de dezenas de nacionalidades foram vítimas de doenças como malária e febre amarela, além de terem sofrido ataques de tribos indígenas.

Para os militares, as formas de conter as ameaças ao território amazônico foram o povoamento e o desenvolvimento da região, além, sobretudo, de sua interligação com o resto do país. Não à toa, em que pese a saraivada de críticas ambientalistas, uma das principais frentes do desenvolvimentismo militar no período da ditadura foi a construção das rodovias Transamazônica, Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém, projetadas para rasgarem o território em toda a sua extensão.



Comandante-geral da Amazônia no final da década de 60, o general Rodrigo Octávio foi um entusiasta da integração da região por meio de rodovias, mas perdeu poder e influência ao defender a volta da democracia ao país. Foto: Luiz Pinto / Agência O Globo

Detalhes dessa política foram minuciosamente descritos em relatórios de Inteligência da CIA enviados ao governo americano em 1972, cujo sigilo foi levantado em 2012. Os objetivos eram faraônicos: 9 mil quilômetros de estrada, 500 mil pessoas assentadas, criação de "agrovilas" em que famílias receberiam terra para plantar, além de sementes, ferramentas, orientação técnica e um salário mínimo por cinco meses. Os preços dos grãos colhidos também seriam prefixados pelo governo por dois anos, e a posse temporária da terra daria direito, ainda, a uma linha de crédito. Cada agrovila comportaria 50 famílias — e 20 agrovilas formariam um centro urbano atendido por escolas, hospitais e outros serviços públicos. A única premissa para que se conseguisse a licença e o crédito era "plantar". E, para plantar, seria preciso desmatar e queimar.

Sob o escopo da Fundação Nacional do Índio (Funai) ficariam a assistência às comunidades indígenas e sua integração aos polos urbanos que seriam criados. Os incentivos fiscais direcionados ao projeto caberiam à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A FAO, agência das Nações Unidas para a Agricultura, ajudaria na orientação técnica. O Banco Mundial, no financiamento das plantações. O relatório da CIA mostra otimismo quanto à construção da infraestrutura, mas ceticismo sobre o projeto agrícola na Amazônia. "Parece que o governo tem a capacidade de levar adiante o plano de rodovias, mas ainda é muito cedo para prever o sucesso dos objetivos do plano de colonização", diz o documento.

À época, o governo militar foi criticado por ter autorizado as obras sem estudo de viabilidade econômica e pelo fato de as principais rodovias ligarem duas regiões consideradas pobres: Norte e Nordeste. O general Rodrigo Octávio, comandante-geral da Amazônia em 1968, foi um dos líderes do projeto de integração e um dos militares mais entusiasmados com a questão amazônica. Uma frase de sua autoria foi proferida pelo presidente Jair Bolsonaro durante o bate-boca com seu colega francês. "Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la", afirmou. O general Octávio, contudo, perdeu o prestígio nas Forças quando começou a falar sobre a necessidade da volta da democracia. Foi tirado de postos-chaves e terminou como ministro do Superior Tribunal Militar (STM), onde defendeu a derrubada do Ato Institucional nº 5 e a volta dos poderes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Não foi atendido ainda em vida.

"ATÉ O ATUAL COMANDANTE-GERAL DO EXÉRCITO, EDSON LEAL PUJOL, QUE NÃO COSTUMA DAR DECLARAÇÕES PÚBLICAS, SE VIU INSTADO A MANIFESTAR-SE APÓS AS FALAS DE MACRON: 'AOS INCAUTOS QUE INSISTEM EM TUTELAR OS DESÍGNIOS DA BRASILEIRA AMAZÔNIA, NÃO SE ENGANEM"

O povoamento e a exploração da Amazônia pelo regime militar ocorreram em paralelo a um movimento mundial precisamente oposto, de defesa da ecologia. As primeiras pesquisas científicas, ainda na década de 60, já começavam a apontar problemas como o efeito estufa e a poluição. Essa mudança de ânimo não só deu origem a "partidos verdes" pela Europa, como também serviu de estímulo à entrada de grupos de pesquisa e organizações não governamentais de defesa do meio ambiente e da causa indígena em território amazônico. O tema ecologia se impôs na ONU, que se viu pressionada a agir. A Assembleia-Geral das Nações Unidas examinou o assunto pela primeira vez em sua reunião de 1968, quando os projetos rodoviários na Amazônia estavam de vento em popa. O segundo passo foi convocar a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Houve então um consenso de que todos os países deveriam incutir em seus arcabouços legislativos e institucionais a preservação do meio ambiente. A questão da Amazônia aparece com destaque, e a delegação brasileira, chefiada pelo ministro do Interior, general Costa Cavalcanti, mostrou-se disposta a dialogar, oferecendose para sediar a próxima conferência da ONU sobre o tema, que ficou conhecida como Eco-92. Entrava em voga naquele período a tese de que o território era patrimônio da humanidade. Essa abordagem alimentava o grande pesadelo dos militares, a "internacionalização da Amazônia".

Ao longo da década de 80, a pressão internacional pela preservação do bioma e das terras indígenas se acirrou, com imagens de queimadas tomando o noticiário. Também impactaram a opinião pública mundial os resultados da liberação do garimpo em Serra Pelada, no Pará. Os movimentos indigenista e ambientalista ganharam tal proporção que abaixo-assinados foram feitos na Europa e nos Estados Unidos para que a Constituição de 1988 contemplasse a questão da terra indígena — o que foi visto tanto por militares como por parte da esquerda como uma tentativa de ataque à soberania travestido de defesa da causa dos índios.

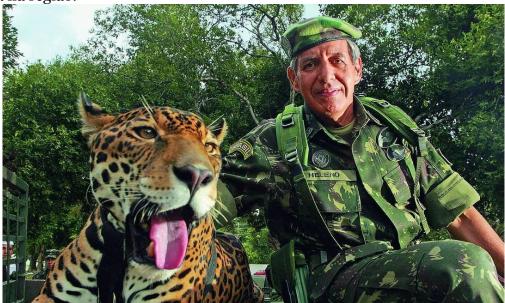
O deputado Jarbas Passarinho, ex-ministro do governo militar, foi um dos patrocinadores do artigo 231 da Constituição, que prevê os direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, "competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Já os militares defendiam a tese de que os povos considerados "aculturados", ou seja, já integrados à cultura local, não poderiam ser contemplados com pedaços territoriais — que terminou derrubada do texto constitucional.

"O DEPUTADO JARBAS PASSARINHO FOI UM DOS PATROCINADORES DO ARTIGO 231 DA CONSTITUIÇÃO, QUE PREVÊ OS DIREITOS DOS ÍNDIOS SOBRE AS TERRAS QUE TRADI-CIONALMENTE OCUPAM, 'COMPETINDO À UNIÃO DEMARCÁ-LAS, PROTEGER E FAZER RESPEITAR TODOS OS SEUS BENS"

O fracasso da política de desenvolvimento da Amazônia é visto pelos militares como resultado da pressão ambiental internacional, de leis ambientais mais rígidas e da corrupção que permeou o trabalho da Sudam, que concentrava os incentivos à região. Reclamam ainda que o plano de integração feito pelo regime foi paralisado, engavetado e nada foi colocado no lugar. No final da década de 90, outro relatório da CIA sobre meio ambiente no Brasil apontava que, desde a década de 60, um território maior que a França havia sido desmatado dentro da Amazônia.

Hoje, os militares dentro e fora do governo defendem ideias não muito diferentes daquelas dos anos 60. Querem que o Brasil lidere o processo de desenvolvimento da Amazônia e a assistência aos indígenas, além de fiscalizar o trabalho das organizações não governamentais que estão no local. São defensores ainda de que se faça uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as ONGs da Amazônia. Dizem que não há país no mundo que tenha preservado seu território nativo como o Brasil e que as populações indígenas deveriam ser orientadas a plantar e trabalhar em cooperativa.

Causa incômodo específico aos militares a conexão direta que certos povos indígenas têm com lideranças internacionais. Como certa vez, quando o general Villas Bôas era comandantegeral da Amazônia, em 2013, e soube que o rei Haroldo, da Noruega, visitava o território ianomâmi sem que o Exército tivesse sido avisado. Classificou a situação como exemplar da ameaça de soberania na região.

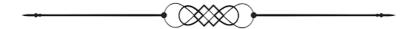


Ex-comandante militar da Amazônia, o general Augusto Heleno criticou as falas do presidente francês Emmanuel Macron sobre a Amazônia. Para ele, são manifestações de quem quer "frear nosso inevitável crescimento econômico". Foto: Ed Ferreira / Estadão Conteúdo / AE

O temor territorialista se soma a um sentimento de pertencimento em relação à Amazônia muito cultivado no meio militar. "Selva!" é o cumprimento informal entre oficiais que servem na região — e persiste mesmo depois de deixarem os batalhões da floresta, como forma de mostrar que passaram por lá. Quando um oficial se forma na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende, Rio de Janeiro, os primeiros colocados da turma têm o direito de escolher para qual batalhão querem ir. O da Amazônia é, por tradição, o mais disputado. O curso de "guerra na selva" também é considerado um dos mais cobiçados pelos cadetes. Ser comandante-geral da Amazônia é caminho natural para o general que almeja o posto de chefe do Exército. Pesou para que a então presidente Dilma Rousseff escolhesse Villas Bôas como comandante seu desempenho na Amazônia — em especial seus esforços diplomáticos para solucionar situações conflituosas com indígenas.

Enquanto a tendência mundial no mundo militar é a redução de efetivo e a incorporação de tecnologia, no Brasil o caminho é inverso. Existe grande necessidade, nos grotões do país, do trabalho assistencial de oficiais e praças. A chamada "estratégia da presença" é forte sobretudo na Amazônia, em que o Exército tende a ser o único representante do Estado nas áreas mais isoladas. Militares acreditam que foi essa característica que reatou parte das pontes com a sociedade que haviam sido rompidas com a ditadura.

Ao travar uma guerra retórica com a Europa sobre a Amazônia valendo-se da premissa de eventual perda de soberania, o governo brasileiro, apoiado pelos militares, reacendeu o caráter antipreservacionista do Brasil, tão alardeado nas décadas de 80 e 90 e, posteriormente, superado. O economista, ex-ministro e ex-embaixador Roberto Campos, ao responder aos questionamentos conspiratórios sobre os interesses estratégicos dos Estados Unidos na Amazônia, costumava desdenhar: "Tem gente que diz que os americanos querem vir para a Amazônia, mas eles já foram até para a Lua e não vieram para a Amazônia!". Franceses e alemães, também.



Afonso Augusto de Albuquerque Lima



Hiram Reis e Silva, Lagoa Mirim, RS, 06.06.2018

O Marechal Costa e Silva, sendo Ministro do Interior o General Albuquerque Lima, criador do Projeto Rondon e do slogan "INTEGRAR, PARA NÃO ENTREGAR", deu assistência à Amazônia e vida à SUFRAMA, que até hoje é a responsável pela instalação e pelo funcionamento da Zona Franca de Manaus e seu grande Parque Industrial. (PASSARINHO)

Precisamos realimentar, no Exército, a mística da Amazônia, lembrando as figuras luminares do Marechal Rondon e do General Afonso Augusto de Albuquerque Lima, autor da frase "INTEGRAR, PARA NÃO ENTREGAR". (DCN, 1989)

Volta e meia observo pessoas de má índole que visando fins os mais escusos, desde a autopromoção ou mesmo pela possibilidade de emergirem do limbo em que se encontram suas almas frias e tímidas, tentarem se apossar de frases famosas. Esquecem-se elas que os registros estão facilmente disponíveis

para que se prove o seu vil embuste.

Nas minhas inúmeras viagens pela Amazônia fui abordado, diversas vezes, por companheiros de farda afirmando que determinada pessoa afirmava que o célebre lema "INTEGRAR, PARA NÃO ENTREGAR" era de sua lavra. Infelizmente como pesquisador do Exército Brasileiro tive de desmentir, em cada oportunidade, apresentando provas de que o verdadeiro autor tinha sido o General Albuquerque Lima. Um oficial com um histórico impecável que foi fiel aos seus princípios durante toda sua brilhante carreira militar.

Afonso Augusto de Albuquerque Lima

Albuquerque Lima nasceu em Fortaleza no dia 22.08.1909, filho do advogado Joaquim Lima e da Srª Maria Luísa de Albuquerque Lima. Ingressou na Escola Militar do Realengo, RJ, em abril de 1927. Foi declarado Aspirante da arma de engenharia em janeiro de 1930, e em julho quando foi promovido a 2º Tenente participou da construção da estrada Macapá-Clevelândia, AP. Em 1937, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e depois do curso participou da construção da estrada Joinville-Curitiba.

No início de 1944, foi instruendo da Engineer School, em Fort Belvoir, USA, integrando, logo após, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na campanha da Itália, como subcomandante do 9º Batalhão de Engenharia de Combate, que foi primeiro contingente brasileiro a enfrentar os alemães.

Em setembro de 1947, foi promovido a Tenente Coronel, cursou a Escola de Estado-Maior (ECEME), de 1947 a 1949, e promovido a Coronel, em junho de 1953, foi nomeado Comandante do 2º Batalhão Rodoviário, Lajes, SC. No período de 1955 a 1956, chefiou da Divisão de Planejamento e Coordenação da Diretoria Geral de Engenharia e Comunicações do Exército e, em 1958, assumiu o comando do 1º Grupamento de Engenharia e Construção, João Pessoa, PB. Em 1959 e 1960, representou as FFAA no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENE). Ainda em 1960, participou da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em fevereiro de 1961, foi nomeado Diretor-geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e coordenou os serviços de assistência às vítimas das enchentes de 1960 e 1961 no Nordeste. Chefiou o Gabinete do Departamento de Provisão Geral do Exército em 1962 e 1963, e neste mesmo ano cursou a Escola Superior de Guerra (ESG).

No dia 15.04.1964, o Marechal Humberto Castelo Branco, foi eleito Presidente pelo Congresso Nacional e Albuquerque Lima, pouco depois, foi nomeado interventor na Rede Ferroviária Federal (RFFSA) onde permaneceu até ser promovido a General de Brigada, em julho do mesmo ano. Em 1965, assumiu a Chefia do Estado Maior do I Exército, RJ. Em março de 1966, foi promovido a General de Divisão e, pouco depois, nomeado Diretor Geral das Vias e Transportes do Exército, ocupando, logo a seguir, o cargo de Diretor Geral de Engenharia e Comunicações, no qual permaneceu até 1967.

Com a eleição do Marechal Costa e Silva pelo Congresso no dia 03.10.1966. Albuquerque Lima ocupou o Ministério do Interior, no dia 15.03.1967. Seu objetivo principal como Ministro era promover o desenvolvimento regional, principalmente do Nordeste e da Amazônia, visando diminuir o desequilíbrio entre essas regiões e os estados industrializados do Sudeste.

Em dezembro de 1967, foi criado o Projeto Rondon, em colaboração com o Ministério da Educação, visando dar a oportunidade dos estudantes universitários conhecerem a realidade da Amazônia Brasileira. Foi nessa oportunidade que Albuquerque Lima criou o famoso lema "INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR".

O General Albuquerque Lima faleceu, a bordo de um avião, quando se deslocava de Recife para o Rio de Janeiro, no dia 26.04.1981.



O vice-presidente de "O Cruzeiro", Dr. Theophilo de Andrade, cumprimenta o Gen. Afonso Augusto de Albuquer que Lima, novo Ministro do Interior.

Fontes:

DCN, 1989. Diário do Congresso Nacional – Brasil – Brasília – Câmara dos Deputados, página 1.176 – 1989.

PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Não posso acreditar** – Brasil – São Paulo – O Estado de São Paulo – Espaço Aberto, 08.03.2005

Solicito publicação:

(*) Hiram Reis e Silva é Canoeiro, Coronel de Engenharia, Analista de Sistemas, Professor, Palestrante, Historiador, Escritor e Colunista;

Membro do 4º Grupamento de Engenharia do Comando Militar do Sul (CMS)

Ex-Professor do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA);

Ex-Pesquisador do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX);

Presidente da Sociedade de Amigos da Amazônia Brasileira (SAMBRAS);

Presidente do Instituto dos Docentes do Magistério Militar - RS (IDMM - RS);

Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil - RS (AHIMTB - RS);

Membro do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS - RS);

Membro da Academia de Letras do Estado de Rondônia (ACLER - RO)

Membro da Academia Vilhenense de Letras (AVL - RO);

Colaborador Emérito da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Colaborador Emérito da Liga de Defesa Nacional (LDN).

E-mail: hiramrsilva@gmail.com;

Blog: desafiandooriomar.blogspot.com.br



Livro adquirido pela AHIMTB/RS

Foi comprado o livro cuja capa está abaixo. A obra aborda questões muito atuais sobre o equilíbrio de poder no mundo.

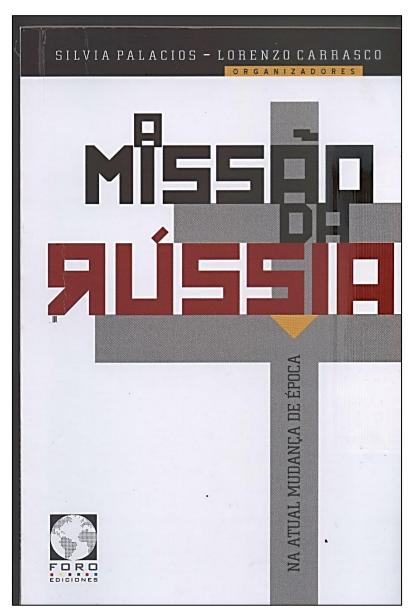
O Sumário segue abaixo. O livro está à disposição dos integrantes.

ÍNDICE

A missão da Rússia na atual mudança de época global - Lorenzo Carrasco; e "A Rússia não é comunista - leiam este livro" - Cardeal Juan Sandoval Iniguez.

PARTE I - PROPOSTAS PARA UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

1. A surpreendente política de Vladimir Putin - Padre Alfredo Sáenz;



- Como se chegar a um melhor entendimento entre Ocidente e Oriente - Dr. Ján Carnogursky;
- 3. A geopolítica do grande tabuleiro de xadrez eurasiático Silvia Palácios;
- 4. O veneno de Zbigniew Brzezinski nas relações Europa-Rússia - Elisabeth Hellenbroich;
- 5. Um apelo à cautela vindo de Moscou Vladimir Putin:
- 6. A Nova Ordem: novas regras ou jogo sem regras Vladimir Putin;
- 7. Estado nacional e cultura Vladimir Putin;
- 8. Putin reafirma o renascimento cristão da Rússia Vladimir Putin;
- 9. Uma nova política externa para a Rússia
- Elisabeth Hellenbroich; e
- 10. Reflexões sobre um novo estágio do desenvolvimento internacional Sergei Lavrov.

PARTE II - A RÚSSIA E O OCIDENTE

- 1. Rússia e Ocidente: um debate sobre sistemas de valores Elisabeth Hellenbroich;
- 2. Entendendo a Rússia: a luta pela Ucrânia e a arrogância do Ocidente - Elisabeth Hellenbroich;
- 3. Sobre a política russa: propaganda e novos jogos de poder Elisabeth Hellenbroich; e
- 4. Nova Rota da Seda: grandes mudanças para o mundo Mário Lettieri e Paolo Raimondi.

PARTE III - APROXIMAÇÃO HISTÓRICA DOS DOIS PULMÕES DO CRISTIANISMO

- 1. Encontro histórico entre o patriarca Kirill e o arcebispo Michalik Elisabeth Hellenbroich.
- 2. Francisco e Kirill fazem História em Cuba;
- 3. Um cardeal em Moscou: diplomacia para uma nova época Silvia Palácios;
- 4. Francisco: parem de maltratar o Oriente Médio! Silvia Palácios;
- 5. Rússia defende o cristianismo na Síria Silvia Palácios;
- 6. Esperança para o povo sírio após sete anos de guerra: reconstrução de igrejas e lugares sagrados Elisabeth Hellenbroich; e
- 7. Concerto em Palmira, grandeza do espírito humano contra o barbarismo Anno Hellenbroich.

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)
Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes: "http://historiapatriota.blogspot.com/".